



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 21/10/064

FPE nº 2492/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA FAZENDA, E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL — FAMURS, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA — PIT, ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS, CONFORME PROCESSO Nº 21/1404-0019917-3.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DA FAZENDA**, com sede na Avenida Mauá, nº 1155, 5º Andar, no Município de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 87.958.674/0001-81, representada neste ato por seu titular, **MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CARDOSO**, portador da Carteira de Identidade nº 086070448, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 024.765.277-69, doravante denominado **ESTADO**, e a **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 574, no Município de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 88.733.811/0001-42, neste ato representada por seu Presidente, **EDUARDO BONOTTO**, portador da Carteira de Identidade nº 1030707648, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 964.466.840-53, doravante denominada **FAMURS**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, com base na Lei nº 8.666/93, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 06, de 27 de dezembro de 2016, e observadas as disposições da Lei nº 12.868, de 18/12/07, e do Decreto nº 45.659, de 19/05/08, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O Programa de Integração Tributária — PIT, entre Estado e Municípios, tem como objetivo incentivar ações municipais de interesse mútuo entre as partes, avaliar os resultados e disciplinar a participação do Município no crescimento da arrecadação do ICMS, observadas as disposições da Lei nº 12.868, de 18/12/07, e do Decreto nº 45.659, de 19/05/08.

§ 1º - A FAMURS é signatária deste Convênio como entidade representativa dos Municípios gaúchos, conforme a Lei Estadual nº 10.114, de 16/03/94.

§ 2º - A Adesão do Município ao presente Convênio será realizada mediante a assinatura de Termo de Adesão.

§ 3º - A participação do Município no benefício da cláusula quarta fica condicionada à comprovação periódica, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente, da implementação e dos resultados das ações e programas do PIT.

§ 4º - O Município será avaliado em suas ações mediante pontuação individual, calculando-se o valor de cada ação a partir de critérios técnicos apurados conforme o disposto nas instruções baixadas pela Receita Estadual da Secretaria da Fazenda.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

A operacionalização deste Convênio está descrita no Plano de Trabalho, constante no Anexo único, conforme previsto na IN CAGE nº 06/2016; e será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário:

Unidade Orçamentária: 33.01
Recurso: 0001
Projeto: 2636
Subprojeto: 00001
Natureza da Despesa: 3.3.40.41
Rubrica: 4102

CLÁUSULA QUARTA – DO BENEFÍCIO

O somatório anual dos pontos pelas ações deste Programa, obtidos pelo Município, será computado no cálculo do índice de Participação dos Municípios, conforme a Lei Nº 11.038, de 14/11/97.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

O ESTADO destinará ao Município, mensalmente, o valor constante no Art. 13 do Decreto no 45.659/08, desde que cumpridos os requisitos, conforme disposto em instruções da Receita Estadual.

Parágrafo Único - Fará jus à remuneração, constante no "caput" desta cláusula, o Município que comprovar, de acordo com instruções baixadas pela Receita Estadual, a atuação mensal de Turma Volante Municipal na ação do Programa de Combate à Sonegação.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMPROVAÇÃO DAS AÇÕES

O Município deverá comprovar, semestralmente, à Receita Estadual, a implementação e a continuidade dos programas de ações municipais, conforme disciplinado em instruções baixadas pela Receita Estadual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS COMPROMISSOS

A FAMURS compromete-se a:

I - Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades e a execução do previsto no presente instrumento, prestando todo auxílio, assistência e apoio institucional necessários à sua



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA

plena realização;

II - Incentivar os Municípios a aderirem ao presente Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

A implementação do presente Convênio fica condicionada às providências legais de acordo com a legislação municipal.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 60 meses, a contar da data da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A eficácia do presente convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, sendo vedada a inclusão, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do administrador, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam alteração do objeto do Convênio detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. A Secretaria da Fazenda terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no DOE designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado por iniciativa das partes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independentemente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 38 da IN CAGE nº 06/16.

Parágrafo único. Constitui motivo específico para denúncia, independente de notificação, a superveniência de ato, fato ou norma que impossibilite sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Comarca de Porto Alegre.

E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2022.

Marco Aurélio Santos Cardoso,
Secretário de Estado da Fazenda.

DocuSigned by:

E3DA267A716A414...

Eduardo Bonotto,
Presidente da FAMURS.

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:
CPF:

2) Assinatura _____

Nome:
CPF:

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA****Anexo Único: Plano de Trabalho****PLANO DE TRABALHO****1 - DADOS CADASTRAIS**

Órgão/Entidade Proponente Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS		C.N.P.J. 88.733.811/0001-42	
Endereço Rua Marcílio Dias, 574 – Menino Deus			
Cidade Porto Alegre	U.F. RS	C.E.P. 90130-000	DDD/Telefone 51 3230-3100
Conta Corrente 0685170001	Banco 041	Agência 0011	Praça de Pagamento Porto Alegre
Nome do Responsável EDUARDO BONOTTO			C.P.F. 964.466.840-53
C.I./Órgão Expedidor 1030707648 / SSPRS	Cargo Presidente da FAMURS	Função Presidente da FAMURS	
Endereço Cel Aparício Mariense, nº 2751, São Borja/RS			C.E.P. 97670-000
Home Page: https://famurs.com.br/		e-mail: presidencia@famurs.com.br	

2 - OUTROS PARTÍCIPIES

Nome	C.N.P.J/C.P.F.
Endereço	C.E.P.

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Programa de Integração Tributária	Período de Execução	
	Início (a partir da Publicação no DOE)	Término 60 meses a contar da data da publicação no DOE
Identificação do Objeto Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS – para viabilizar o Programa de Integração Tributária.		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

Justificativa da Proposição:

O PIT (Programa de Integração Tributária) é um programa de Estado e tem como objetivo estimular ações de interesse mútuo entre Estado e municípios visando o incremento da arrecadação do ICMS, tanto através da conscientização de sua importância quanto através da percepção de risco.

Esta parceria tem sido realizada ao longo dos anos e como estímulo a determinadas ações há a previsão de contrapartida financeira para os municípios habilitados através de convênio que venham a cumprir os requisitos necessários à sua concessão.

O convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a FAMURS tem por objetivo simplificar os trâmites exigidos para adesão dos municípios ao PIT. O convênio observará as disposições da Lei nº 12.868/07 e decreto nº 45659/08.

A continuidade do programa se justifica pelos benefícios auferidos tanto ao Estado como aos municípios através das ações abaixo:

- Estímulos a programas municipais de educação fiscal e premiação a consumidores: promovendo atividades de educação fiscal os municípios, além de auxiliarem no incremento da arrecadação, ainda formam nos munícipes uma consciência cidadã, tornando-os mais ativos e corresponsáveis pelo incremento da arrecadação e controle dos gastos públicos. Além disso, com a premiação a consumidores é incentivada a solicitação de nota por parte dos consumidores.

- Gestão do setor primário, onde as prefeituras realizam tanto digitações de notas de produtor rural como cadastros dos mesmos, diminuindo sobremaneira o fluxo no atendimento das delegacias da Receita Estadual

- Turmas volantes municipais – as prefeituras – através de capacitação oferecida pela Receita Estadual – poderão auxiliar na fiscalização do trânsito de mercadorias dentro dos parâmetros estabelecidos pelo art. 6º da LC 63/90, efetuando verificação de documentos fiscais de mercadorias em trânsito.

- Outras atividades envolvendo Estado e municípios que visem incremento ou melhoria nos processos referentes a fiscalização.

Metodologia

Os municípios que aderirem e participarem do programa serão avaliados em suas ações mediante pontuação individual, a partir de critérios técnicos constatáveis e/ou mensuráveis, conforme disposto do Decreto nº 45.659/08 e IN RE nº 45/98.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração
	Fase		UN	QTDE	
	I	Municípios aderem ao convênio, via FAMURS.	-	-	
	II	Implementação das etapas previstas no PIT pelos municípios	-	-	Anual
	III	Pagamento mensal do valor referente às turmas volantes municipais aos municípios que cumprirem os requisitos: previsão de 150 Turmas Volantes Municipais ativas/mês	Quantidade mensal de registros de passagem	200 ou mais	Mensal
	IV	Envio de prestação de contas à Receita Estadual para avaliação, ao término de cada semestre.	Ponto	100	Semestral
	V	Estado utilizará o somatório individual de cada município referente ao ano de competência das	Ponto	200	Anual



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

	ações (ano em que foram realizadas) e incluirá a mesma no Índice de Participação dos Municípios – IPM – conforme Lei nº11.038/97.		
--	---	--	--

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
3.3.40.41. 4102	CONTRIBUIÇÕES ASSIST FIN MUNICIPIOS - A	R\$ 27.000.000,00	R\$ 27.000.000,00	R\$ 0
TOTAL GERAL			R\$ 27.000.000,00	

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 27.000.000,00)

CONCEDENTE

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
27.000.000,00	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	48º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	49º mês	50º mês	51º mês	52º mês	53º mês	54º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000
	55º mês	56º mês	57º mês	58º mês	59º mês	60º mês
	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

	13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
	25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
	37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
	43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	48º mês
	49º mês	50º mês	51º mês	52º mês	53º mês	54º mês



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

	55º mês	56º mês	57º mês	58º mês	59º mês	60º mês

7 - DECLARAÇÃO

7.1 - DECLARAÇÃO PARA ENTIDADES

Na qualidade de representante legal do (a) Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, declaro, para fins de prova junto ao Órgão/Entidade Estado do Rio Grande do Sul, para os efeitos e sob as penas da lei, que não há qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, na forma deste Plano de Trabalho.

Local e Data

DocuSigned by:

E3DA267A716A414...

Representante Legal da Entidade

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado.

Local e Data

Concedente



Nome do arquivo: Convenio PIT 21-10-064 e FPE 2492-2021

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Marco Aurelio Santos Cardoso	26/01/2022 15:36:52 GMT-03:00	02476527769	Assinatura válida
Tarso Oberst	26/01/2022 16:00:24 GMT-03:00	39582140020	Assinatura válida
Danilo Lopes Alcalde Misticone	26/01/2022 16:06:33 GMT-03:00	34561851895	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Protocolo: 2022000669770

PORTARIA DEPAD Nº. 006/2022

O **DIRETOR ADJUNTO**, no uso de suas atribuições, em observância ao que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº. 21/1404-0012133-6, bem como no TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEFAZ Nº. 22/04/004, **RESOLVE DESIGNAR** os servidores DÉCIO GARDEL GOECKS RAUBER, Id. Funcional nº. 4652690/02 (titular), e DARCY LEÔNIDAS BRITO CARVALHO, Id. Funcional nº. 4653041/01 (suplente), como representantes da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, para fiscalizarem o Contrato de Prestação de Serviços Sefaz nº. 22/04/004, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Fazenda, e a empresa Ideograf - GRÁFICA E EDITORA GAÚCHA LTDA, CNPJ nº 90.964.057/0001-01, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a impressão dos cadernos pedagógicos "Aprendendo a ser Cidadão", conforme descrito no Anexo I – Especificações Técnicas constante do Termo de Contrato Nº 22/04/004.

SECRETARIA DA FAZENDA, em Porto Alegre, 25 de Janeiro de 2022.

Sérgio Borba Pereira,
Diretor Adjunto do Departamento de Administração.

Convênios

Protocolo: 2022000669771

Assunto: Convênio
Expediente: 21/1404-0019917-3

Convênio FPE nº 2492/2021 (registro SEFAZ nº 21/10/064)

Convênio FPE nº 2492/2021 (registro SEFAZ nº 21/10/064), que entre si celebram o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da SECRETARIA DA FAZENDA, e a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL (FAMURS), objetivando a implementação Programa de Integração Tributária " PIT, entre Estado e Municípios para incentivar ações municipais de interesse mútuo entre as partes, avaliar os resultados e disciplinar a participação do Município no crescimento da arrecadação do ICMS, observadas as disposições da Lei nº 12.868, de 18/12/07, e do Decreto nº 45.659, de 19/05/08. Vigência: 60 meses, a contar da data da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado. Valor total estimado: R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais).

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ GUILHERME KLIEMANN
Av. Borges de Medeiros, 1945
Porto Alegre / RS / 90110-150

Gabinete da Presidência

JOSÉ GUILHERME KLIEMANN
Av. Borges de Medeiros, 1945 - Bairro Praia de Belas
Porto Alegre / RS / 90110-150

Diversos

Protocolo: 2022000669772

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IPE PREV
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPE PREV**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA, do CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital nº 002/2021**.

O Edital e outras publicações referentes ao Concurso Público em questão, estão disponíveis no endereço eletrônico: www.institutoaocp.org.br, desde a data de 24 de janeiro de 2022.

Porto Alegre/RS, 26 de janeiro de 2022.

JOSÉ GUILHERME KLIEMANN,
Diretor-Presidente.

Recursos Humanos

Protocolo: 2022000669773